

Sobre uma aristocracia natural¹

John Adams

Para John Taylor

Quincy, 15 de abril de 1814

I

Senhor,

Recebi sua Investigação² em um grande volume, cuidadosamente encadernado. Embora eu ainda não o tenha lido do início ao fim, ao lançar brevemente o olhar sobre o texto, de sortes virgilianæ³, uma página escassa foi encontrada, na qual meu nome não é mencionado e algum sentimento público ou expressão minha é examinada. Revividos como esses temas são, dessa maneira, na memória do público, após um esquecimento de tantos anos, por um cavalheiro de sua alta posição, ampla fortuna, educação erudita e conexões poderosas, agrada-me pensar que não seja considerado impróprio solicitar a sua atenção para algumas explicações de um livro que tem sido mais mal compreendido, deturpado e abusado do que qualquer outro que já li, exceto a Bíblia.⁴

Nas primeiras palavras da primeira seção, você diz:

“O sistema político do Senhor Adams deduz o governo de um destino natural; a política dos Estados Unidos o deduz da liberdade moral.”

Esta frase, devo reconhecer, ultrapassa toda a minha compreensão. Não sei o que se entende por destino, nem que distinção há, ou pode ser feita ou concebida, entre um destino natural, ou artificial ou não natural. Também não sei bem o que significa “liberdade moral”. Eu tenho lido muito sobre as palavras destino

1 Tradução de Cristina Foroni Consani. A tradução do inglês para o português foi realizada a partir das cartas publicadas em “The Works of John Adams, second president of the United States: with a life of the author, notes and illustration by his grandson Charles Francis Adams. Cambridge: Bolles and Houghton, 1851. Vol. VI, p. 447-452. A obra encontra-se em domínio público. Disponível em: https://oll-resources.s3.us-east-2.amazonaws.com/oll3/store/titles/2104/Adams_1431-06_Bk.pdf Acesso em 20/12/2022. Todas as notas de rodapé seguintes são Notas da Tradutora.

2 N.T.: Referência ao livro de John Taylor intitulado “An Inquiry Into the Principles and Policy of the Government of the United States”.

3 N.T.: Sortes virgilianæ: trata-se de uma antiga forma de adivinhação praticada e que consistia em tomar a primeira passagem sobre a qual o olhar recaia ao abrir um volume de Homero ou de Virgílio, como indicativo de eventos futuros.

4 N.T.: John Adams refere-se, nesta passagem, ao seu próprio livro intitulado “Defence of the Constitutions Government of the United States of America”. As duas cartas aqui traduzidas são parte da correspondência entre John Adams e John Taylor e consistem nas respostas de Adams ao que ele considera uma má-compreensão de sua obra por parte de Taylor. Nas cartas, além de buscar esclarecer seu próprio posicionamento a respeito dos princípios de governo, Adams também apresenta um conceito de grande relevância para o conservadorismo estadunidense, qual seja, aquele de aristocracia natural.



e acaso: embora eu feche meus olhos, para abstrair minhas meditações, nunca consegui compreender nenhuma delas. Quando uma ação ou evento acontece ou ocorre sem uma causa, alguns dizem que isso acontece por acaso.

Isso equivale a dizer que o acaso não é causa; não é nada. O destino também não é causa, nem agente, nem poder. Não possui entendimento, vontade, afetos, liberdade ou escolha. Ele não tem existência, não é nem uma invenção da imaginação; é a mera invenção de uma palavra, sem significado. É uma não entidade, é nada. O senhor Adams certamente nunca deduziu nenhum sistema do acaso ou do destino natural, artificial ou não natural.⁵

Liberdade, de acordo com minha metafísica, é uma qualidade intelectual; um atributo que não pertence ao destino ou ao acaso. Nem possui, nem é capaz disso. Não há nada moral ou imoral nessa ideia. Ela é definida como um poder autodeterminado em um agente intelectual. Ela implica pensamento, escolha e poder; ela pode eleger entre objetos indiferentes no que diz respeito à moralidade, isto é, nem moralmente bons nem moralmente maus. Se a substância em que essa qualidade, atributo, chame como quiser, existe, tem um sentido moral, uma consciência, uma faculdade moral; se pode distinguir entre o bem e o mal moral, e tem poder para escolher o primeiro e recusar o último, ela pode, se quiser, escolher o mal e rejeitar o bem, como vemos na experiência com muita frequência.

“O sistema do senhor Adams”, e “a política dos Estados Unidos”, são retirados das mesmas fontes, deduzidos dos mesmos princípios, forjados na mesma moldura; de fato, eles são os mesmos e nunca deveriam ter sido divididos ou separados; muito menos opostos um ao outro, como têm sido.

Para que possamos ver com mais clareza como essas alusões se aplicam, certos termos técnicos devem ser definidos.

1. Despotismo. Uma soberania ilimitada, isto é, a lei suprema, a *summa potestatis* em um. Isso existiu raramente, se é que alguma vez existiu, apenas em teoria.

2. Monarquia. Soberania em um, limitada de várias maneiras.

3. Aristocracia. Soberania em poucos.

4. Democracia. Soberania em muitos, isto é, em toda a nação, em todo o corpo, assembleia ou, se você é episcopal, pode chamá-la, se quiser, de igreja de todo o povo. Essa soberania deve, em todos os casos, ser exercida ou desempenhada por todo o povo reunido. Essa forma de governo tem raramente existido apenas em teoria, se é que alguma vez existiu; excepcionalmente, ao menos, como um despotismo ilimitado em um indivíduo.

5. A infinita variedade de governos mistos é constituída pelas diferentes combinações, modificações e misturas da segunda, terceira e quarta espécies ou divisões.

Agora, cada um desses soberanos possui liberdade intelectual para agir em prol do bem público ou não. Sendo homens, eles possuem tudo o que o Dr. Rush chama de faculdade moral; Dr. Hutcheson, um sentido moral; e a Bíblia e o mundo em geral, uma consciência. Todos estão, portanto, sob a obrigação moral de fazer aos outros o que gostariam que os outros fizessem a eles; todos devem considerar a si mesmos nascidos, autorizados e capacitados para o bem da sociedade assim como para o seu próprio bem.

⁵ N.T: Nas cartas aqui traduzidas esta é a primeira vez que Adams fala de si mesmo em terceira pessoa. Esse estilo de escrita é utilizado para referir-se aos trechos da obra de John Taylor nos quais sua própria obra é mencionada. Isso se repete também em outros trechos da correspondência.



Déspotas, monarcas, aristocratas, democratas, possuindo tão alta confiança, estão sob as mais solenes e sagradas obrigações morais, considerando que sua confiança e seu poder sejam instituídos para o benefício e felicidade de suas nações, e não que suas nações sejam como servos para eles ou como seus amigos ou partidos. Em outras palavras, eles devem exercer toda a sua liberdade intelectual para empregar todas as suas faculdades, talentos e poder para o bem público, geral e universal de suas nações, não para seu próprio bem particular ou para o interesse de qualquer partido.

A partir desse ponto de vista, não há diferença nas formas de governo. Todas elas, e todos os homens envolvidos nelas, - todos estão sob obrigações morais iguais. A liberdade intelectual de aristocracias e democracias só pode ser exercida por votos e verificada apenas por sim e não. O julgamento e a vontade soberana podem ser determinados, conhecidos e declarados apenas pelas maiorias.

Essa vontade, essa decisão, às vezes é determinada por um único voto; frequentemente por dois ou três, muito raramente por uma grande maioria; quase nunca por um sufrágio unânime. E da impossibilidade de manter juntos sempre o mesmo número de eleitores, as maiorias tendem a titubear dia após dia, e balançar como um pêndulo de um lado para o outro.

Não obstante, as minorias têm, em todos os casos, a mesma liberdade intelectual e estão sob as mesmas obrigações morais que as maiorias.

De que maneira essas liberdades teóricas e intelectuais têm sido exercidas, e essas obrigações morais cumpridas, por déspotas, monarcas, aristocratas e democratas, é bastante óbvio em história e experiência. Todos eles em geral têm se conduzido de forma semelhante.

Mas esta investigação não está atualmente diante de nós.

●
●

Para John Taylor

Quincy, 16 de abril de 1814

II

Não é necessário discutir as belas distinções, que seguem na primeira página de seu respeitável volume, entre mente, corpo e moral. A essência e a substância da mente e do corpo, da alma e do corpo, do espírito e da matéria, estão completamente guardadas até agora do nosso conhecimento, da penetração de nossas afiadas faculdades; das mais afiadas facas de incisão, dos nossos microscópios de maior amplificação. Com alguns dos atributos ou qualidades de cada um e de ambos, estamos bem familiarizados. Não podemos fingir que melhoramos a essência de um ou de outro até que o saibamos. O senhor Adams nunca pensou em “limitar as melhorias ou aperfeiçoamentos” das propriedades ou qualidades de qualquer um deles. A matéria é definida como uma substância morta, inativa e inerte. O espírito é definido como uma substância viva, ativa, às vezes, senão sempre, inteligente. A moral não é qualidade da matéria; nem, tanto quanto sabemos, de um espírito ou inteligência simples. A moral é atributo dos espíritos apenas quando esses espíritos são livres e agentes inteligentes, e têm consciência ou senso moral, uma faculdade de discriminação não apenas entre o certo e o errado, mas entre o bem e o mal, a felicidade e o sofrimento, o prazer e a dor. Essa liberdade de escolha e de ação, unida à consciência, necessariamente implica uma responsabilidade perante um legislador e perante uma lei, e tem uma relação necessária com o certo e o errado, com a felicidade e o sofrimento.

Não é necessário que o senhor Adams permita ou desautorize as distinções nesta primeira página para serem aplicáveis à sua teoria. Mas se ele fala de sistemas políticos naturais, ele certamente compreende não apenas todos os poderes e qualidades intelectuais e físicos do homem, mas todos os seus poderes e faculdades morais, todos os seus deveres e obrigações como homem e como cidadão deste mundo, bem como do Estado em que ele vive, e todo interesse, objetivo ou preocupação que lhe pertence, do berço ao túmulo. Essa compreensão de todas as perfeições e imperfeições, de todos os poderes e desejos do homem, certamente não é para o propósito de “circunscrever os poderes da mente”. Mas é para ampliá-los, para dar a eles liberdade para fluir, expandir e para serem glorificados.

Se você falasse de um sistema natural de geografia, você não abarcaria o mundo inteiro, e até mesmo suas relações com o sol, a lua e as estrelas? Se falasse de astronomia, tudo o que o telescópio descobriu? De química ou história natural, tudo que o microscópio encontrou? Da arquitetura, tudo que pode tornar uma construção cômoda, útil, elegante, graciosa e ornamental?

Na segunda página, o senhor Adams é totalmente mal compreendido ou deturpado. Ele nunca disse, escreveu ou pensou “que a mente humana é capaz de circunscrever seus próprios poderes”. Nem afirmou ou acreditou que “o homem pode verificar sua própria capacidade moral”. Ele nunca “deduziu quaisquer consequências desses postulados, ou erigiu qualquer esquema de governo” sobre eles ou cada um deles.

Se a humanidade não “concordou com qualquer forma de governo,” segue-se que não existe uma forma natural de governo? E que todas as formas são igualmente naturais? Pode-se também ser contestado que todas são igualmente boas, e que a constituição do Império Otomano é tão natural, tão livre e tão boa quanto a dos Estados Unidos. Se os homens não concordaram com qualquer sistema de arquitetura, você inferirá que não existem princípios desta nobre arte? Se alguns preferem o gótico e outros os modelos gregos, você diria que ambos são igualmente naturais, convenientes e elegantes? Se alguns preferem os pilares dóricos e outros os coríntios, as cinco ordens são igualmente belas? Se “a natureza humana tem escapado perpetuamente de todas as formas”, seria possível inferir que todas as formas são igualmente naturais? Iguais para a preservação da liberdade?



Não há necessidade de “confrontar a opinião do senhor Adams, segundo a qual a aristocracia é natural e, portanto, inevitável, com a outra, segundo a qual a aristocracia é artificial ou convencional e, portanto, evitável”, porque as opiniões são ambas verdadeiras e perfeitamente consistentes entre si.

Por aristocracia natural, em geral, podem ser entendidas aquelas superioridades de influência na sociedade que surgem da constituição da natureza humana. Por aristocracia artificial, aquelas desigualdades de peso e superioridades de influência que são criadas e estabelecidas pelas leis civis. Os termos devem ser definidos antes para que possamos argumentar. Por aristocracia, eu compreendo todos aqueles homens que podem comandar, influenciar ou obter mais do que uma média dos votos; por um aristocrata, todo homem que pode e irá influenciar um homem a votar além de si mesmo. Poucos homens negarão que existe uma aristocracia natural de virtudes e talentos em todas as nações e em todos os partidos, em todas as cidades e vilas. As desigualdades fazem parte da história natural do homem.
